



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM O OBJETIVO DE OUVIR A APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA SOBRE AS METAS FISCAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA RELATIVAS AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2011, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Nº 101/2000, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 1 DA ALESC.

Aos nove dias do mês de novembro de 2011, às 9h, realizou-se na Sala de Reunião nº 1 da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) a Audiência Pública, promovida pela Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, para ouvir a apresentação da Secretaria de Estado da Fazenda em relação às metas fiscais do Estado de Santa Catarina, relativas ao segundo quadrimestre de 2011. A mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Deputado Estadual Gilmar Knaesel, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Silvio Dreveck, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação; senhor Nelson Serpa, Secretário de Estado da Fazenda; e senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda. Havendo quórum regimental, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, declarou aberta a Audiência Pública, mencionou a presença da Diretoria da Secretaria de Estado da Fazenda na reunião e, antes de entrar na pauta da audiência, deu conhecimento aos nobres Parlamentares sobre a ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, colocando-a em discussão e a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti** solicitou a correção de que na referida ata não seria Udesc, e sim Ampesc, ao que o **senhor Presidente** requereu à assessoria da Comissão que fizesse a devida correção e, não havendo mais quem a quisesse discutir, colocou-a em votação e deu por aprovada por unanimidade. A seguir, esclareceu que, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 (LRF), da Constituição Federal e do Regimento Interno da Alesc, o senhor Nelson Serpa, Secretário de Estado da Fazenda, juntamente com a sua equipe, fazia-se presente para apresentar as metas fiscais relativas ao segundo quadrimestre de 2011. Posto isso, comentou com todos sobre o recente compromisso assumido pelo senhor Nelson Serpa à frente da Secretaria da Fazenda, a quem agradeceu a presença, e, imediatamente, concedeu-lhe a palavra. Em seguida, o **senhor Nelson Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, desejou bom-dia a todos, cumprimentou-os, e disse a satisfação de estar presente na



Audiência Pública, para a qual trazia os números relativos ao desempenho do Estado, cumprindo o que determinava a LRF, com a transparência que devia ter a Gestão Pública. Dito isso, passou a palavra ao senhor Adriano de Souza Pereira para que fizesse a apresentação do relatório, a fim de que depois pudessem considerar e avaliar os números apresentados. Prosseguindo a audiência, o **senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda**, desejou bom-dia a todos, cumprimentou-os e pontuou quealaria das informações da LRF relativas ao segundo quadrimestre de 2011. A seguir, destacou que as informações eram relativas à elaboração dos relatórios da Lei Fiscal e à sua publicação e contou que eram produzidas pela equipe de contadores da Gerência de Informações Contábeis da Secretaria da Fazenda. Iniciando a apresentação em PowerPoint, disse que a LRF, em maio de 2000, estabeleceu os parâmetros de planejamento, de controle, de responsabilização do Gestor Público e de transparência da gestão para os Gestores Públicos. *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.]* Continuando, disse que devem ser elaborados e publicados dois relatórios periódicos, quais sejam, o relatório resumido da Execução Orçamentária, há cada dois meses, e o relatório da Gestão Fiscal, com periodicidade quadrimestral. Em relação ao relatório da Gestão Fiscal, afirmou que, além da sua publicação, a LRF estabelecia ao Poder Executivo que, em Audiência Pública, na Comissão de Finanças, apresentasse e avaliasse o cumprimento das metas fiscais, ou seja, avaliasse o cumprimento dos limites da LRF previsto no relatório de Gestão Fiscal. No que tange às publicações, informou que no segundo quadrimestre foi publicado no Diário Oficial, em 23 de setembro, o relatório de Gestão Fiscal, e que no quarto bimestre de 2011 foi publicado o relatório resumido da Execução Orçamentária. Na sequência, informou que oficiaram à Assembleia Legislativa, em 26 de setembro de 2011, a publicação dos relatórios, para que fosse agendada a atual audiência. Dito isso, comunicou que a apresentação foi dividida em duas partes, sendo a primeira uma visão da Execução Orçamentária e a segunda a verificação dos Limites Constitucionais Legais. Em relação à Execução Orçamentária, mostrou que até o segundo quadrimestre de 2011 a arrecadação foi de R\$ 9,792 bilhões, com incremento de 18,19% em relação ao mesmo período de 2010, e que a despesa realizada foi de R\$ 8,781 bilhões, havendo acréscimo de 8,88% em relação ao ano anterior. A seguir, apresentou a arrecadação bruta do Estado, que foi de R\$ 13,764 bilhões até agosto, havendo acréscimo de 19,13%, se comparado ao mesmo período de 2010. Na receita total, no resumo da arrecadação, expôs que foram deduzidos os repasses constitucionais dos Municípios, em especial a parcela de 50% do IPVA e a de 25% do ICMS, e também o valor relativo ao Fundeb, totalizando R\$ 3,972 bilhões. Prosseguindo, destacou que, sobre a arrecadação bruta dos R\$ 13,764 bilhões, restaram R\$ 9,792 bilhões até o mês de agosto, para o Estado fazer frente a todas as suas despesas, como aplicação em saúde, em educação, pagamento da Dívida Pública, repasse aos demais Poderes para manutenção e custeio, e para fazer frente à manutenção de serviços públicos em investimentos. Com relação à arrecadação tributária bruta, mostrou que havia a arrecadação própria do Estado e os repasses advindos da União, salientando que, dos R\$ 9,075 bilhões, 92,55% da arrecadação tributária vinha do esforço da arrecadação do Estado, de arrecadação própria, com destaque para o ICMS. Em seguida, disse que a arrecadação de R\$ 7,704 bilhões representava 78,56% da arrecadação tributária e que houve um incremento de 18% na arrecadação do ICMS, observando que



havia também os demais, como IPVA, ITCMD, entretanto, os mais representativos eram o ICMS e o IPVA. Ainda com relação à arrecadação tributária bruta, mostrou os repasses que receberam da União, principalmente do Fundo de Participação, e registrou que o IPI Exportação e a Cide tiveram incremento em relação ao ano anterior, mas representavam apenas 7,45% da arrecadação tributária deles, salientando que o Estado recebia muito pouco recurso relativo aos tributos da União. Também disse que R\$ 730 milhões foi o repasse recebido até agosto de 2011, apesar de ter acontecido acréscimo em relação a 2010, mas que ainda era um valor não significativo para o caixa do Estado. Em relação à Receita Tributária, destacou que o valor de R\$ 9,806 bilhões era o valor bruto arrecadado, que foi repassado aos Municípios o valor de R\$ 2,305 bilhões até agosto, principalmente relativo ao ICMS e ao IPVA, e que houve acréscimo de 16,71% em relação ao repasse de 2010. Prosseguindo, apresentou a contribuição para a formação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) informando que era 20% da arrecadação tributária, totalizando até agosto R\$ 1,371 bilhão. Também disse que dos R\$ 9,806 bilhões da receita tributária R\$ 6,121 bilhões eram para fazer frente às despesas do Governo, de todos os Poderes. A seguir, apresentou o relatório do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos Limites Constitucionais da Saúde e Educação; disse que a LRF, além de estabelecer as premissas de controle, responsabilização e transparência, instituiu alguns mecanismos para que houvesse o equilíbrio nas contas públicas, citando-os: limite para gastos com pessoal, limite para endividamento de longo prazo e limite para contratação de empréstimos de longo prazo; e informou que iria apresentar como estava a situação do Estado em relação àqueles limites. Continuando, exibiu o resultado primário do limite estabelecido pela LRF, explicando que na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado foi estabelecido que o resultado primário deveria ser de R\$ 875 milhões para o ano de 2011 e informando que foi atingido o resultado primário de R\$ 1,609 milhão, o que significava que o Estado tinha atingido aquele limite com tranquilidade. Quanto ao resultado nominal, a variação da dívida em longo prazo, mostrou que poderia aumentar o resultado nominal em R\$ 229 milhões e que houve redução no Estado de R\$ 1,469 milhão, e avaliou que o Estado estava cumprindo com folga o indicador da LRF. Adiante, deu a conhecer uma tabela de gasto com pessoal, explicando que a LFR estabeleceu um conceito de receita corrente líquida, a qual era base para o cálculo de vários indicadores da Lei, da dívida consolidada líquida, e expôs que em cima dessa base de receita o Governo tinha um limite para comprometê-la com gasto na folha de pagamento. Na seqüência, demonstrou que na coluna limite legal estavam lícitos os limites da Lei em relação à folha de pagamento e apresentou que no consolidado geral o Governo poderia comprometer até 60% da receita corrente líquida com a folha, que o Poder Executivo poderia comprometer até 49% da receita corrente líquida, e assim por diante. Dito isso, observou que além do limite legal havia dois outros limites, o de alerta e o prudencial, e explicou o que significavam esses dois limites [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.*] afirmando que o limite de alerta acontecia quando o Órgão ou Poder chegava a 90% do limite legal e que, nesse caso, quando o Órgão chegasse perto do limite, o Tribunal de Contas emitiria uma sinalização dizendo que esse Órgão havia atingido o limite prudencial. Continuando, registrou que quando o Órgão chegava a 90% do limite legal o Estado já começava a sofrer penalidades, não podendo contratar novos servidores nem conceder aumentos, tendo o gestor o prazo de até oito meses para reduzir os gastos



com pessoal. Também afirmou que caso o Estado continuasse dentro desse limite prudencial após esses oito meses viria mais uma sanção, o não recebimento de transferências voluntárias da União – o caso dos convênios. Ainda comentou como estava a situação do Governo perante os indicadores da LRF, dizendo que o Poder Executivo estava abaixo dos limites legais e o Tribunal de Contas estava no limite de alerta, afirmando que, sob a ótica legal, o Estado vinha cumprindo as suas responsabilidades relativas a gastos com pessoal. A seguir, falou sobre a dívida consolidada líquida, que é a dívida de longo prazo do Estado, estando em 31 de agosto com saldo de R\$ 13,3 bilhões, mas, se fossem deduzidos os ativos financeiros, chegar-se-ia à dívida consolidada líquida de R\$ 5,8 bilhões. Também disse que a LRF estabelecia que o Estado poderia ter dívida consolidada líquida até duas vezes o valor da receita corrente líquida, que estava em torno de R\$ 13 bilhões, registrando que o Estado estava com uma dívida consolidada líquida bem abaixo, em 44%, e que poderia chegar a 200%. Prosseguindo, referiu-se aos informativos sobre o pagamento da dívida pública e aos empréstimos relativos a operações de crédito com o BHDS, com o Banco Mundial, com o BID, sendo que até o mês de agosto o Estado havia desembolsado R\$ 944 milhões para o pagamento de sua dívida, dizendo que era mantida a relação entre a amortização e os juros. Na seqüência, registrou que dos R\$ 944 milhões desembolsados 66% eram relativos a juros e encargos e 33% eram para a amortização da dívida, e disse que os Estados vinham buscando junto à União renegociação das taxas de atualização da dívida no sentido de reduzir os juros. Sobre as garantias e as contragarantias, afirmou que a LRF havia estabelecido ao Estado que poderia ser o garantidor de operações de outras instituições, citando que Santa Catarina havia sido o garantidor de duas operações contratadas pela Casan, uma em 1991 e outra em 1996, junto ao BID e ao banco alemão KFW, e que estava cumprindo com tranqüilidade aqueles compromissos, podendo ser garantidor de até 22% da receita corrente líquida; e também disse que os R\$ 100 milhões, comparando-se com os R\$ 13 bilhões da receita corrente líquida, chegava a uma relação de 0,77%. Sobre a contratação de empréstimos em longo prazo, que são as operações de crédito, disse que até agosto de 2011 foram contratados empréstimos no valor de R\$ 53 milhões e que se poderia contratar, pela LRF, até 16% da receita corrente líquida, com destaque na operação realizada junto ao BID para a melhoria da infraestrutura das estradas. A respeito dos limites constitucionais com a Saúde e com a Educação, afirmou que o Estado havia aplicado até o mês de agosto R\$ 716 milhões com despesas naquele fim, tendo aplicado mais do que no mesmo período do ano de 2010, ainda estando, contudo, abaixo dos 12% determinados pela Legislação; e destacou que a comprovação daquele limite se realizaria no final de 2011, devendo ser cumpridos os 12% determinados pela Lei até o final do ano de 2011. Em relação à educação, registrou que até agosto o Estado havia investido R\$ 1,7 milhões, com 9% acima do que foi aplicado em 2010, entretanto, estava abaixo do limite mínimo, dos 25%, salientando que a verificação final daquele limite seria comprovada somente no final de 2011. Continuando, salientou que sob a ótica da LRF o Estado estava com as finanças equilibradas e estava cumprindo os limites com a dívida consolidada, com gastos de pessoal e com operações de crédito. Ainda registrou que, além da publicação dos relatórios técnicos da Lei Fiscal, do relatório de gestão e do relatório resumido da Execução Orçamentária, em 2009 a chamada Lei da Transparência promoveu alteração na LRF e esta havia passado a exigir que o Governo do Estado, que o Governo



Federal e que os municípios com mais de 100 mil habitantes passassem a difundir na Internet, com divulgação diária e acesso a qualquer cidadão, todas as informações relativas à arrecadação e ao pagamento das despesas. Ato contínuo, observou que, sendo assim, o Governo do Estado, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas passaram a disponibilizar aquelas informações desde o mês de maio do ano de 2010 no portal *Prestando Contas*, que é mantido pela Diretoria de Contabilidade-Geral da Secretaria da Fazenda, onde há várias informações sobre as despesas e a arrecadação, num detalhamento em que é possível identificar o credor e o tipo de despesa que foi paga. Finalizando, disse que aquilo era uma evolução na questão da transparência das informações da Gestão Pública. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]* Prosseguindo a audiência pública, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, informou ao Secretário da Fazenda que iria conceder a palavra aos Parlamentares e à Parlamentar presente, ao que fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck**, que, após os cumprimentos de praxe, saudou o Secretário pela boa gestão que estava realizando no que dizia respeito às metas fiscais do Estado de Santa Catarina, já iniciadas com o ex-Secretário Ubiratã Rezende, observando que até o final do exercício haveria de se cumprir os 12% na Saúde e os 25% na Educação, que é constitucional; e registrou acreditar que pela primeira vez se veria, na Assembleia, cumpridas essas metas. Em seguida, comentou que chamou a sua atenção a questão da dívida, que o Estado pagava juros e encargos elevados, e que a amortização da dívida era pequena, fosse do principal ou do capital, indagando, nesse sentido, se havia negociação junto ao Governo Federal para reduzir esses juros e clareando que, no ponto de vista dele, valia a pena insistir nessa negociação. Também indagou a respeito do IPI de exportação, que era um debate há muito realizado no Legislativo, na sociedade e, principalmente, nas empresas que exportavam, porque se ficava na expectativa do retorno da Lei Kandir, e perguntou se atualmente o Governo Federal repassava esses recursos que eram de direito do Estado no que diz respeito à exportação, já que por consequência haveria isenção do IPI. Posto isso, avaliou que na opinião dele a exportação brasileira nos últimos anos, se não estava em decadência, estava estagnada, em que pese o aumento de valor em dólares, o percentual; e que, num comparativo com o crescimento do consumo da população mundial, era na margem de 1% da economia, com a exportação. Encerrando, observou que o Estado de Santa Catarina, um grande exportador, tornou-se importador e que era preciso que as empresas tivessem políticas públicas de exportação, e agradeceu ao Secretário e à sua equipe pela exposição. Prosseguindo a audiência, o **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta** cumprimentou os presentes e disse que as questões básicas das áreas sociais chamaram a sua atenção, mas que, antes de comentar a esse respeito, queria fazer algumas colocações em atenção à preocupação do Deputado Sílvio sobre o pagamento de juros, que era um problema, que o Governo continuava indo atrás de empréstimos e que talvez o futuro ideal fosse reduzir a dívida para se trabalhar menos com empréstimos e financiamentos. Em seguida, ponderou que a arrecadação estava boa, com crescimento na faixa de 22%, mas, em que pesasse esse crescimento, que nas áreas sociais como saúde e educação não se tinha elevado nada neste percentual de crescimento, sendo o gasto basicamente o mesmo do ano passado, somente 0,8% a mais, o que tecnicamente se equivalia; e comentou que o percentual em vigor estava abaixo do percentual do ano passado neste período, ressaltando que o percentual era



apurado anualmente. Ato contínuo, indagou em relação aos R\$ 220 milhões do Revigorar, conforme perspectiva de arrecadação, se ele iria para a Saúde e não seria computado nos 12% destinados à Saúde no Orçamento, ainda perguntando se era possível saber quanto já foi repassado. Por fim, observou que o que mais chamou a atenção dele era o fato de o Estado ter tido 22% de incremento de arrecadação, o que era ótimo; parabenizou a quem cuidava da área da arrecadação; e registrou que de qualquer maneira a Saúde tinha ficado estagnada em 0,8%, contra uma inflação de 20%. *[Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.]* Prosseguindo a audiência, fez uso da palavra a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti**, que cumprimentou o Secretário e toda a sua equipe e disse que todos ficavam felizes quando os números eram positivos, o que significava que havia margem para avanços, inclusive no que dizia respeito à valorização dos servidores. A seguir, enfatizou que as remunerações mais inadequadas eram as dos servidores da Segurança Pública, da Saúde e da Educação, momento em que lembrou a greve dos servidores do Magistério. Fazendo um paralelo com a fala do Secretário Ubiratan na primeira Audiência Pública na Alesc sobre a exposição do quadrimestre, perguntou quanto a Saúde e a Educação gastavam com os inativos, bem como quais eram as perspectivas no sentido de que esse gasto fosse para o Caixa-Geral do Estado e quando isso ocorreria. Ao final, ainda perguntou qual era o investimento do Orçamento estadual no último quadrimestre para a manutenção das rodovias existentes e para viabilizar novas rodovias. Por sua vez, o **senhor Deputado Estadual Manoel Mota** cumprimentou os representantes da Fazenda e os demais presentes e comentou que era compromisso do Governo a questão saúde. Acrescentou que era preciso resgatar a situação da Saúde não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, lembrando que esse compromisso era também do Governo Federal, que não corrigia o SUS, que estava amarrando a PEC 29. Comentando que nos seus 29 anos de vida pública a última greve da Educação havia sido a que o Governo tinha assumido o maior índice com os servidores, perguntou como seria cumprida a meta acordada entre a base do Governo e o Sinte, que chegaria a R\$ 40 milhões. Na seqüência, revelou que estava preocupado com a situação porque a partir de janeiro as regências de classe voltariam à normalidade e haveria acréscimo além do que tinha sido colocado em agosto, no valor de R\$ 28 milhões, avaliando que passaria de R\$ 10 milhões para chegar àquilo que era o acordo a partir de janeiro e que se o piso em nível nacional aumentasse a situação ficaria ainda mais difícil. Ato contínuo, também avaliou que hoje o Estado estava equilibrado e que Santa Catarina, que recebia empresas do Brasil e do mundo, continuava crescendo mesmo com certas vantagens concedidas a algumas empresas na sua instalação. A seguir, registrou que a dívida pública era um peso para o Governo e uma preocupação para os Parlamentares, que queriam ver o Estado crescendo, gerando emprego e renda. Referindo-se à Lei Kandir, do Governo Federal, frisou que o repasse que havia sido acordado com o Governo do Estado não estava sendo cumprido; comentou que muito se falava em Reforma Tributária, mas na ação ela não existia, o mesmo acontecendo com o pacto federativo; e afirmou que os Governos dos Estados e dos Municípios ficavam mendigando recursos ao Governo Federal, por isso era necessário que a Lei Kandir cumprisse a sua missão. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]* Finalizando, agradeceu ao Secretário a sua presença e comentou que a exposição clareou o equilíbrio das contas do Estado de Santa Catarina, que era o melhor de todos os Estados do Sul e talvez do Brasil. Fazendo uso



da palavra, o **senhor Deputado Estadual Darci de Matos** elogiou a explanação da equipe da Secretaria da Fazenda e desejou sucesso ao Secretário na continuidade do bom trabalho que o ex-Secretário Ubiratan Rezende iniciou. Em seguida, ressaltou que esse era o resultado de um trabalho feito por uma equipe competente, juntamente com um Secretário de carreira, para submeter-se aos indicadores projetados pelo Estado em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, observando que o mesmo não acontece em muitos Estados do Brasil. Prosseguindo, perguntou ao Secretário Serpa quanto o Estado deveria receber do Governo Federal referente à Lei Kandir, ao crédito de exportação, e quanto já recebeu, observando que se recursos viessem para o Estado aqueceriam a economia, e também perguntou se havia alguma ação no sentido de melhorar o percentual da União para o Estado, atualmente em torno de 7,45% da receita. Encerrou dizendo que a Presidenta Dilma tem recebido e tratado o Estado com muita elegância nesse início do Governo Raimundo Colombo. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, justificou a ausência dos Deputados Estaduais Aldo Schneider e Sargento Amauri Soares e registrou a presença dos ex-Secretários Pedro Mendes e Antonio Carlos Vieira, esse último colaborador no Orçamento Regionalizado, juntamente com toda a equipe da Alesc. Na sequência, agradeceu a presença e a colaboração na audiência de cada um do corpo técnico da Secretaria da Fazenda, que ao longo dos anos estava sendo parceiro e responsável do crescimento do Estado na arrecadação própria. Posto isso, enfatizou que a mudança da política interna fiscalizadora para a política de arrecadação e de controle, sendo punitiva quando necessário, era a responsável pelo avanço percentual nos últimos anos, ficando acima da média nacional, mesmo tirando o percentual da inflação. Prosseguindo, reportou-se ao IPI e à Lei Kandir, que eram pauta de todas as reuniões quando se tratava do Orçamento; registrou como lamentável não só o atual Governo mas também os anteriores não cumprirem a Lei Kandir, já que Santa Catarina, por ser um Estado exportador, ficava com o prejuízo; e perguntou, assim como os Deputados já indagaram, se era possível ter esses números naquele momento. Também registrou que ficou uma dúvida em relação ao IPVA, que atualmente era responsável por 7% da arrecadação própria, perguntando se naquele percentual já estava descontado o valor do Município ou se era global, porque o valor era dividido entre o Estado e o Município, recebendo como resposta do senhor Adriano que era bruto. Ainda indagou se o Tribunal de Contas do Estado era o único Poder dentro do limite prudencial do Estado e a quem caberia controlá-lo, tendo em vista que era a segunda vez que ele estava dentro desse limite e que era ao Tribunal de Contas que cabia participar aos demais Poderes do Estado esse limite, argumentando que isso era um problema muito sério. Com relação à Casan, pelo fato de o Estado ter ficado como avalista em duas operações de crédito, perguntou quem amortizava a dívida, se o Estado ou a Casan, recebendo como resposta do Adriano que era a Casan. Quanto à Saúde, indagou como está funcionando a dinâmica do repasse com relação ao Revigorar 3, aprovado na Casa num momento especial para que os recursos fossem destinados prioritariamente à Saúde, e perguntou se a Secretaria de Saúde já tinha os valores e se estariam no caixa do Tesouro. *[Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa.]* Finalizando, disse ter ouvido falar que foi arrecadado em torno de trezentos milhões, bem acima do que estava na expectativa inicial, registrando ser um número bom; que depois voltaram a falar sobre a questão da dívida ativa, que atualmente parece estar em torno de seis bilhões, oriunda da política



punitiva; e que a maioria das empresas não tem condições de saldar o débito com o Estado, fazendo com que se busque aquele valor, bem como projetos de anistia, a fim de se ter mais algum recurso extraorçamentário. Para responder aos diversos questionamentos, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Nelson Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, que cumprimentou o ex-Secretário Antônio Carlos Vieira e registrou a passagem da palavra, para que os esclarecimentos fossem transmitidos com precisão, ao senhor Almir Gorges, Secretário Adjunto, a fim de que respondesse sobre o crédito de exportação; ao senhor Franc Ribeiro Côrrea, para que respondesse sobre a questão relacionada aos recursos para a Saúde e sobre o Revigorar; e ao senhor Adriano de Souza Pereira, a fim de que respondesse questões relacionadas aos inativos da Educação e da Saúde. Por fim, disse que depois daquelas considerações faria esclarecimentos sobre a questão da dívida, sobre os encaminhamentos que Governo pretende fazer no que diz respeito ao processo de renegociação da dívida do Estado, bem como as considerações finais. Ato contínuo, o **senhor Almir Gorges, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda**, cumprimentou todos e disse que especificamente à Lei Kandir o Estado deve receber no ano presente em torno de 14% do que deveria receber, ou seja, o Estado deveria receber aproximadamente 380 milhões e vai receber 54 milhões, afirmando que ainda há a questão do UPI, do qual também receberá em torno de 14%. Na sequência, esclareceu que a Lei Kandir tinha por escopo ressarcir o ICMS da desoneração de produtos primários e semielaborados; que anteriormente à Lei Kandir não se tinha incidência, não se tinha tributação de exportação, somente dos produtos industrializados, sobre os quais já havia algum ressarcimento; e que a partir daquela Lei houve a desoneração nas exportações dos produtos primários e semielaborados, explicando que seria aquela conta que daria um retorno de aproximadamente 400 milhões, mas que receberão 54 milhões. Em relação ao UPI, argumentou que precisaria confirmar os números posteriormente porque não se lembrava exatamente do quanto era. Em seguida, relatou que não se podia discutir se a política de desonerar era boa ou não, mas que na opinião dele, pessoalmente, era positiva porque tinha que se trazer divisas ao Brasil, e ainda relatou que para Santa Catarina essa era uma conta bilionária porque o Estado faz muitas exportações. Por fim, afirmou que se o Estado tivesse ICMS para as exportações com certeza teria bilhões a mais na arrecadação. Prosseguindo a audiência, o **senhor Deputado Estadual Neodi Saretta** disse que quando se fala em 300 milhões, 400 milhões referentes à Lei Kandir não se aborda os 4,5 bilhões da renúncia fiscal, que está mais ou menos no mesmo contexto, e contou que a Lei Kandir foi instituída pelo Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e que a ideia era de exportar. A seguir, afirmou que a matemática disso não era tão simples assim, porque se não houvesse a Lei não se teria tantos bilhões a mais e provavelmente não se teria tanta exportação. Dito isso, registrou poder acontecer, se não tiver a renúncia fiscal, ter-se menos emprego e também afirmou que tem que ser pesado até que ponto os 4,5 bilhões de renúncia fiscal não extrapolam os limites do razoável. Ato contínuo, o **senhor Almir Gorges** disse que havia falado que a desoneração da exportação era benéfica para a sociedade e afirmou que estão colocando a possibilidade de arrecadação, mas que sobre os benefícios fiscais a questão não é muito simples. Como exemplo, citou uma empresa de São Paulo que baixou o ICMS da linha branca (geladeiras, fogões) de 18% para 7% para quem compra de fabricante dentro daquele Estado, e que em Santa Catarina outra empresa, que



tem 3.500 empregados, está deixando de vender para São Paulo. Ainda exemplificou que no oeste as empresas de agroindústrias, com elevado número de empregados, se não tiverem a renúncia fiscal por parte do Estado, não serão competitivas com as empresas de grãos do centro-oeste. Ao final, afirmou que essa questão não pode ser discutida sobre esse ponto de vista. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que, se o debate fosse pelo caminho daquela guerra fiscal, a reunião iria longe e lamentou que a Reforma Tributária não fosse acontecer, afirmando que poderia sanear grande parte das questões. Novamente fez uso da palavra o **Secretário Nelson Antônio Serpa**, que agradeceu as explicações do senhor Almir Gorges e pediu que o senhor Franc Ribeiro Corrêa, diretor do Tesouro Estadual, esclarecesse a questão relacionada aos recursos da Saúde e do Revigorar. Fazendo uso a palavra, o **senhor Franc Ribeiro Corrêa, diretor do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda**, afirmou que na Saúde se cumpriria os 12%, conforme já se vinha cumprindo, e explicou que de janeiro a março de 2011 o Governo teve cuidado muito grande em bem aplicar os recursos na Saúde, em todos os Órgãos, levando à queda até o mês de agosto, comparativamente ao ano anterior, o que havia postergado o seu cumprimento. Em seguida, disse que o Revigorar estava fora dos 12%, que até o mês de agosto tinha arrecadado, em valores brutos, R\$ 134 milhões, e líquido de Municípios, R\$ 100 milhões, e que até o mês de outubro tinha bruto R\$ 255 milhões e líquido R\$ 192 milhões. Ato contínuo, o **senhor Presidente** perguntou se aqueles recursos já tinham sido repassados para a Saúde, recebendo como resposta do **senhor Franc Ribeiro Corrêa** que já estavam no Tesouro à disposição da Saúde e que se iria liberando conforme a necessidade, explicando que não estavam incluídos os 12%, pois conforme determinava a Lei, em 2011 os inativos estariam fora dos 12% da Saúde. Em relação à Educação, disse que tinham um acordo com o Tribunal de Contas para reduzir 5% a cada ano, mas que em 2011 já tinham reduzido a 25%. Dirigindo-se ao senhor Adriano de Souza Pereira, perguntou se ele tinha o valor dos inativos para a Educação, obtendo como resposta do **senhor Adriano de Souza Pereira** que não tinha naquele momento o valor, mas que a política adotada pelo Estado era a de reduzir gradualmente 5% ao ano, sendo que a perspectiva para o próximo ano era a de que fosse considerado 70% do inativo. Concluiu afirmando que o da Saúde já havia sido tirado. Novamente fazendo uso da palavra, o **senhor Franc Ribeiro Corrêa**, disse que da Saúde 100% já estavam fora. Dando seguimento à reunião, o **senhor Presidente** perguntou aos senhores Parlamentares se ainda havia algum questionamento a ser feito em relação ao Revigorar. Na sequência, fez uso da palavra a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti**, que disse que o Revigorar, conforme havia sido informado, estava fora dos 12%, e perguntou quanto daquele valor já arrecadado havia sido repassado, ou se ainda estava no caixa do Governo, ao que o **senhor Franc Ribeiro Corrêa** respondeu que o valor estava todo repassado para a Saúde, citando que até outubro tinha líquido para a Saúde R\$ 192 milhões, sendo que até agosto tinha R\$ 100 milhões. Em seguida, o **senhor Presidente**, para lembrar, afirmou que o programa de incentivo, o Revigorar, estendia o pagamento até fevereiro do próximo ano e que com isso haveria um período longo para que as empresas se adequassem à Lei do Incentivo. Agradecendo as explicações dadas pelo senhor Franc Ribeiro Corrêa, devolveu a palavra ao **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, que disse que havia preocupação dos Secretários da Fazenda e dos Governadores de todo o Brasil em relação à



questão da dívida e dos juros, inclusive já existindo a abertura de uma agenda para discutir a questão da Dívida Pública dos Estados, tendo em vista que ela havia sido negociada em um período em que os juros estavam em patamares mais elevados. A seguir, afirmou que a primeira reivindicação era renegociar o juro e o alongamento da dívida, tendo em vista que Santa Catarina desembolsava 13% da sua receita líquida para pagamento da dívida e que o seu simples alongamento, sem renegociar o juro, poderia agravar ainda mais uma situação que é preocupante, qual seja, a de se amortizar muito pouco do capital emprestado. Dito isso, explicou que ao chegar ao final do prazo do pagamento se teria um estoque que comprometeria as finanças para que se pudesse fazer o pagamento daquilo, e que por isso reafirmava que o simples alongamento sem renegociação do juro talvez não fosse o melhor encaminhamento, porque se estaria apenas postergando uma situação. Em seguida, salientou que a agenda que os Governadores estavam procurando desenvolver dizia respeito ao alongamento da dívida e à renegociação para a redução dos juros, acreditando que a essas questões tinha que ser dada prioridade, pois reputava fundamental reduzir o comprometimento com a dívida a fim de que os recursos fossem suficientes para o custeio das ações indispensáveis ao atendimento das demandas da sociedade. Dito isso, afirmou que os números atuais amortizavam em torno de 30% do capital, o que era muito pouco, mas que esse era o quadro existente em função da renegociação que foi feita no passado. Referindo-se à questão do IPVA, disse que de fato atualmente era uma receita significativa, 50% do IPVA era compartilhado com os Municípios, representando uma fatia significativa da receita. Sobre o crédito exportação, disse que era outra grande preocupação que se tinha porque gerava um estoque de crédito muito grande, havendo necessidade de se buscar encaminhamento para reduzir ou equacionar o problema, mas que a solução afetaria todos os Estados brasileiros, de modo mais forte os Estados exportadores, como era o caso de Santa Catarina. Finalizou afirmando que eram aquelas as informações a serem colocadas, mas que estava à disposição para responder qualquer questionamento. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** consultou os senhores Deputados se havia mais algum questionamento a ser feito, que de forma gestual responderam que não. Assim sendo, o senhor Presidente agradeceu ao senhor Secretário e a toda a sua equipe pela explanação e afirmando que a mesma havia evidenciado o esforço fiscal que o Governo estava fazendo, atingindo praticamente todos os limites até aquele segundo quadrimestre. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.]* Ato contínuo, entregou convite ao Secretário da Fazenda para que realizassem reunião conjunta com a Comissão de Educação do Poder Legislativo, a Acafe e a Ampesc para discutirem os artigos 170 e 171, que dizem respeito à bolsa de estudo, informando que o convite seria também entregue ao Secretário da Educação, ao que a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti** frisou que a reunião seria para tratar do cronograma de pagamento das bolsas previstas nos artigos 170 e 171, o que foi confirmado. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, afirmou ter tido uma conversa positiva com o Secretário e com o Governador naquela semana a respeito do Orçamento e do PPA. Em seguida, mencionou que as duas Leis estavam em tramitação e que ainda na parte da manhã apresentariam o parecer prévio aos dois projetos de Lei a fim de que fosse aberto o prazo para as emendas aos demais Parlamentares. Posto isso, falou do espírito participativo existente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, observando que os Deputados tinham seus compromissos regionais,



locais e estaduais, mas que a Assembleia tinha um compromisso maior com o Orçamento Regionalizado. Na sequência, informou terem percorrido o Estado em diversas audiências, atingindo as 36 Secretarias Regionais, bem como já terem encaminhado as prioridades escolhidas à Secretaria da Fazenda, que acompanhou todas as audiências públicas através da Gerência de Orçamento. Ato contínuo, destacou, dentre todas as prioridades levantadas, duas principais e comuns à maioria das Regionais: a primeira, concernente à infraestrutura rodoviária, com mais de 60% das emendas voltadas à questão da recuperação de rodovias, da construção de rodovias novas e dos contornos, acrescentando tratar-se de um volume de recursos sem orçamento correspondente; e a segunda, referente à falta de investimentos na Assistência Social. Por fim, também afirmou não querer fazer um orçamento de faz de conta, no qual os Deputados aprovariam emendas que não poderiam ser cumpridas pelo Executivo, e pediu que o Legislativo e o Executivo pudessem ser parceiros para que aquilo que a Assembleia aprovasse pudesse ser realizável em 2012, na tentativa de corresponderem ao comprometimento com a sociedade Catarinense, que precisava dessa parceria de investimentos por parte do Governo. Passando às considerações finais, o **senhor Nelson Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, registrou que a receita nos meses de setembro e outubro apresentou um pequeno declínio, complementando que os números que tinham até setembro, em termos de crescimento percentual, estavam atualmente em 16,30%. A seguir, explicou que tal declínio, de acordo com as análises feitas, decorria principalmente de dois aspectos: do impacto parcial do assunto das enchentes e também do cenário econômico, que apresentava certa retração. Ato contínuo, falou que nada disso deveria provocar grandes preocupações, alertando, entretanto, que precisavam acompanhar tudo com cautela porque podia ser que o índice que estimavam inicialmente viesse a sofrer certa redução. Feito o registro, agradeceu a oportunidade de poder expor os números do desempenho da Execução Orçamentária e do desempenho fiscal do Estado, colocando à disposição a Secretaria da Fazenda, o Secretário e a sua equipe para poderem tratar das questões de grande relevância para o Estado de Santa Catarina, pois o custeio e o financiamento das ações e dos programas de Governo passavam pelo desempenho da Fazenda. Em seguida, falou que estariam sempre abertos para receber sugestões e críticas, assumindo o compromisso de trabalharem com transparência absoluta. Avaliou terem um bom desempenho de receita, sendo necessário voltarem a atenção para a qualificação dos gastos públicos no sentido de poderem aplicar bem cada centavo recolhido pelo contribuinte. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, tomou a palavra para agradecer a presença do Secretário e de toda a equipe, e nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a Audiência Pública. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.]*

Deputado Estadual Gilmar Knaesel
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação